



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXVI — N.º 90

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1971

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

**PARECER**  
N.º 63, de 1971 (CN)

Da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Mensagem n.º 60, de 1971, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.181, de 16 de julho de 1971, que "modifica código da Tarifa Aduaneira do Brasil".

**Relator: Deputado Athiê Coury**

1. Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.181, de 1971, que modifica código da Tarifa Aduaneira.

2. A exposição de motivos do Ministro da Fazenda ao Sr. Presidente da República diz:

"O Decreto-lei n.º 1.154, de 1.º de março de 1971, que adapta a Tarifa Aduaneira do Brasil à nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, ao desenvolver a posição 22.05 da Tarifa — vinhos de uvas frescas etc. — não levou em consideração certas particularidades das trocas externas do País, entre as quais a conveniência de se permitir, ainda que em níveis reduzidos, a importação de produtos de preponderante interesse para certos países que sejam consumidores habituais de nossos próprios produtos exportáveis, e

cujo comércio com o Brasil seja útil incrementar e proteger.

Nessa ordem de idéias, a intenção é permitir ao Poder Executivo o desdobramento daquele, como de outros itens da Tarifa, à medida que os interesses comerciais do País o indiquem vantajoso.

Dentro dessa orientação, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que desdobra os códigos 22.05.01.00 e 22.05.02.00 da Tarifa Aduaneira do Brasil e atribui, a alguns dos códigos criados, alíquotas menos elevadas".

3. A redução das alíquotas de vinhos tipo "verde", "madeira" e "pôrto" é a principal inovação da proposição. Passa de 205%, conforme estabelece o Decreto-lei n.º 1.154, de 1971, para 105%. Haverá, pois, uma diferença de 100%.

4. Como se sabe, os aludidos vinhos procedem, principalmente, de Portugal. Interessa-nos, sobremaneira, manter e incrementar o comércio com esse país. Contudo, no nosso entender, a proposição tem outras implicações, que não apenas o interesse comercial. Seria, entretanto, ocioso aqui discorrer sobre as vantagens da manutenção das relações que temos com Portugal, sobretudo o intercâmbio cultural.

5. A matéria é, pois, de interesse público relevante.

Ante o exposto, nada havendo a opor à modificação contida no referido decreto-lei, opinamos pela sua aprovação na forma do seguinte

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 47, DE 1971 (CN)**

**Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.181, de 16 de julho de 1971.**

O Congresso Nacional decreta:

**Artigo único** — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.181, de 16 de julho de 1971, que "modifica código da Tarifa Aduaneira do Brasil".

É o parecer.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 1971. — Senador **Lourival Baptista**, Presidente — Deputado **Athiê Coury**, Relator — Senador **José Lindoso** — Senador **Waldemar Alcântara** — Senador **Alexandre Costa** — Senador **Domicio Gondim** — Senador **Arnon de Mello** — Senador **Antônio Fernandes** — Senador **Accioly Filho** — Senador **Lenoir Vargas** — Senador **Osires Teixeira** — Senador **Ruy Carneiro** — Deputado **Cid Furtado** — Deputado **Nelson Scarano** — Deputado **Nosser Almeida** — Deputado **Tulio Vargas** — Deputado **Wilson Falcão** — Deputado **Vinicius Câmara** — Deputado **Rogério Régo** — Deputado **Silvio Lopes** — Deputado **João Arruda** (com restrições) — Deputado **Getúlio Dias** ...

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ARNALDO GOMES

SUPERINTENDENTE

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ELIO BUANI

Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

# SENADO FEDERAL

## ATA DA 101.<sup>a</sup> SESSÃO EM 11 DE AGOSTO DE 1971

### 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 7.<sup>a</sup> Legislatura

Presidência do Sr. Ruy Carneiro

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Helvidio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Ney Braga — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

#### O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Há número regimental. Está aberta a Sessão.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto, representante de São Paulo.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Flávio Brito — Clodomir Millet — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Milton Cabral — Luiz Cavalcanti — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Antônio Fernandes — João Calmon — Vasconcelos Torres — Magalhães Pinto — Milton Campos — Franco Montoro — Emival Caiado — Accioly Filho — Mattos Leão — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está finda a Hora do Expediente.

A Ordem do Dia da presente Sessão destina-se a Trabalhos das Comissões. Tem a palavra o nobre Senador Helvidio Nunes. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, quando Brasília, a

Capital da República, em virtude do seu crescimento desordenado, já se assoberba com problemas sociais da mais alta seriedade, eis que o SESC (Serviço Social do Comércio) vem colaborar com os Podêres Públicos, colaborar com a Administração. Visando a dar maior e melhor conforto aos seus contribuintes, aos comerciantes, o SESC inaugurou ontem, aqui no Planalto, o Centro de Atividades "Presidente Emilio Médici", onde funcionam, além de outras dependências, um restaurante para os comerciantes, uma biblioteca, e salas onde se ministram diversos cursos gratuitos de grande interesse da classe, destacando-se, sem dúvida, como o de maior importância, o curso de madureza para qualificação dos nossos comerciantes.

Expressivas autoridades da República estiveram presentes às solenidades de inauguração, oportunidade em que S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro Júlio Barata, que ali compareceu representando S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, pronunciou discurso que julgo do mais alto interesse desta Casa, de todos os Srs. Senadores tomarem dele conhecimento. E, por esta razão, Sr. Presidente, incorporo-o ao meu discurso para que conste dos Anais do Senado.

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO MINISTRO JÚLIO BARATA

"Em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a quem tenho a honra de representar nesta cerimônia, felicito a

Confederação Nacional do Comércio e a alta direção do SESC pela obra, agora inaugurada, que vem somar-se a outras iniciativas dos empresários do comércio em prol do bem-estar dos comerciários.

Estamos diante de um exemplo da cooperação a ser prestada ao Governo pelos homens de empresa para que a promoção social do trabalhador não seja um mito nem uma simples promessa.

Um restaurante das proporções deste, um centro de recreação, uma casa destinada, como esta, a ser um segundo lar da família comerciária de Brasília, representam uma contribuição inegável à melhoria de uma classe e uma forma concreta de tornar menos dura e mais humana a vida de quem trabalha.

O grande ideal que o terceiro Governo da Revolução procura atingir é a justiça social, compreendida como a distribuição equânime da riqueza comum, como efetiva participação de cada um nos frutos do desenvolvimento, como norma de conduta que possibilite a expansão da empresa e a crescente felicidade do trabalhador, pelo equilíbrio entre o capital e o trabalho.

No "Centro de Atividades Presidente Médici" esse ideal está encontrando, a partir de hoje, uma tradução viva e permanente, graças ao gasto dos comerciantes que timbram em proporcionar a seus empregados algo mais do que o salário, dando-lhes, porém, esse indireto acréscimo do ganho não como esmola ou simples dádiva, mas como reconhecimento de que o trabalho é, tanto quanto o capital, a razão do progresso coletivo e merece, além da paga material, uma aureola de carinho e de respeito, para que se possa ver em cada patrão um amigo de seu empregado e, neste, o leal colaborador do patrão.

Em palavras singelas, é este o sentido que anima o Serviço Social do Comércio. Entretanto, não é descabido lembrar que a atmosfera de cordialidade e entendimento, que se respira neste Centro, é a mesma que deveria existir em cada casa de comércio nas relações entre patrão e empregado. Que a lição do SESC seja imitada, nas dimensões de cada empresa, pelos comerciantes, que para o SESC contribuem, e certamente muito se terá feito para instaurar neste País um clima de paz social, resultante da humanização do capital e da dignificação do trabalho.

Uma política inspirada por esses princípios é a que o Governo preconiza e procura realizar. Como

dependemos, para execução dela, da compreensão e da boa vontade de todos, sabemos que, se ela não é uma utopia, só pode ser levada a cabo gradualmente, a pouco e pouco, num esforço contínuo e perseverante, condicionado a uma mudança de mentalidade e não a uma simples mudança de rótulos e programas.

Os que acreditamos nessa política de concórdia, de união, de solidariedade, não temos, por isso, a ilusão de realizá-la em plenitude e podemos humildemente repetir as palavras de Gustavo Thibon: "Não aspiro a iluminar os homens com a minha lanterna. Minha ambição é apenas a de ajudá-los a contemplar o sol."

Ajudar os homens a contemplar o sol significa tudo fazer para que eles, nossos companheiros na aventura da vida, possam gozar dos bens, do conforto e da felicidade, que a justiça social nos manda repartir equitativamente entre todos.

Parece-me que este sonho é hoje, e aqui, uma realidade tangível. No dia em que, em cada rincão de nossa Pátria, uma realidade como esta se erguer, poderemos, os pregoeiros e os apóstolos da justiça social, apagar por inútil a nossa lanterna. Teremos ajudado muitos de nossos patrícios a contemplar o Sol."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na mesma solenidade de inauguração do Centro de Atividades "Presidente Emílio Médici", usou da palavra o nosso colega senador Jessé Freire, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio. O discurso de S. Ex.<sup>a</sup>, também de mais alta relevância, merece transcrito nos Anais do Senado Federal.

"Honra-se a Presidência da Confederação Nacional do Comércio e do Conselho Nacional do SESC em entregar aos comerciários de Brasília o Centro de Atividades e o Restaurante, que ora inauguramos em solenidade tão expressiva pelas presenças ilustres que a enobrecem.

Com esta obra, parte do conjunto de três unidades operacionais abrangendo Taguatinga, Brasília e demais Cidades-Satélites, traz o comércio brasileiro nova demonstração de seu empenho em colaborar com o Governo no seu meritório esforço de consolidação definitiva desta Capital como verdadeiro centro das decisões nacionais.

Paralelamente às providências em andamento, tendentes a trazer em breve prazo para o Plano, em sua totalidade, os órgãos da entidade sindical de

cúpula do comércio que na Capital da República devem ter sede regulamentar, já aqui estão em funcionamento os serviços, que ela organizou e dirige em benefício dos comerciários.

Há quatro anos se desenvolvem no Plano-Piloto e nas Cidades-Satélites as atividades de formação profissional, a cargo do SENAC, onde são treinados e habilitados para o exercício de ocupações comerciais os jovens que não encontram essa possibilidade no sistema escolar oficial. Funcionando até agora em locais improvisados à medida das necessidades, já a partir de 1972 estarão os cursos instalados na área escolar em escala adequada, com mais de 5 mil metros quadrados, de construção contratada.

A fim de atender às principais necessidades dos comerciários locais, o SESC ora instala este Centro, movimentando serviços de Alimentação e de Lazer, com biblioteca central, bibliotecas ambulantes, cursos de madureza, de economia doméstica, atividades esportivas e recreação infantil.

O restaurante, nas suas modernas instalações oferecerá, em ambiente de conforto e higiene, inicialmente mil refeições diárias, cuidadosamente balanceadas, sob supervisão técnica de nutricionista. Essa quantidade será gradativamente aumentada, de acordo com a demanda. O custo inicial unitário, bem inferior ao preço real, será de dois cruzeiros, cobrindo a Instituição o déficit decorrente.

A intenção da entidade por nós dirigida é de que Brasília conte neste Centro com uma verdadeira casa, em que seus moradores — os comerciários e suas famílias — convivam em espírito de congraçamento, de integração à classe, e de progresso social.

Por isso, no pórtico desta obra inscrevemos o nome, que encerra uma homenagem e contém um símbolo — Presidente Emílio Médici.

Na homenagem, desejamos destacar a Revolução de 1964, seus líderes e condutores, e que tem no atual Chefe da Nação seu mais autorizado intérprete e executor.

É com emoção que, ao contemplar o cenário brasileiro da atualidade, vemos Governo e povo aceitando o desafio do destino, empenharem-se na criação de uma sociedade desenvolvida, democrática e soberana, que assegure a viabilidade do nosso País

como grande potência no limiar do segundo milênio.

Desenvolvimento, democracia e soberania compõem, no momento, o triângulo básico da ação governamental e do trabalho de todas as forças vivas da Nação. Desenvolvimento verdadeiro, com ampla participação de todas as camadas sociais nos seus resultados.

Autenticidade democrática, com a superação dos vícios oligárquicos, e aperfeiçoamento das estruturas políticas.

Soberania, que exige trabalho organizado, eficiência na construção do próprio crescimento, "definindo a forma, o volume e a oportunidade da colaboração externa, relevante como complementação do esforço nacional e como instrumento de absorção tecnológica".

O que a Revolução, simbolizada na figura do Presidente Emílio Médici, realizou, aí está na eloquência insofismável dos algarismos e dos fatos: acelerou a taxa do crescimento do PIB — 1,5% em 1963; 8,4% em 1968; 9% em 1969, e 9,5% em 1970; o índice inflacionário caiu de 90% no primeiro trimestre de 64, a 20% no exercício passado; corrigiram-se gritantes distorções, que comprometiam o rendimento do sistema econômico; nacionalizou-se a política fiscal; as políticas monetária, salarial e de preços ganharam realismo; realizaram-se investimentos maciços na infraestrutura econômica (energia, transportes e comunicações), nas indústrias de base (petroquímica, siderurgia e construção naval), na infra-estrutura social (educação, habitação e previdência social); aperfeiçoou-se o mecanismo de transferência de recursos federais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia; emprestou-se agressividade à política de exportação.

Nesse áspeto esforço para o progresso, o Brasil da Revolução não aspira apenas crescer. Está seguro de integrar-se, nas próximas décadas, no mundo desenvolvido, organizando a sociedade aberta que concilie as necessidades do crescimento material com a manutenção das liberdades públicas e individuais; que proporcione a participação de todos nos frutos do progresso; que estabeleça, no mais alto grau possível, a colaboração da iniciativa privada.

O Comércio Brasileiro, em cujo nome tenho a honra de falar, identifica-se com esse espírito, e tem dado permanente e dedicada colaboração às tarefas empre-

endidas pela Revolução para implantá-lo.

A verificação dessa realidade deve ser especialmente grata a Vossa Excelência, Excelentíssimo Senhor Ministro Júlio Barata, pois que ela se ajusta integralmente aos pontos de vista que tão brilhantemente sustentou na Conferência Internacional do Trabalho do corrente ano em Genebra.

O empresariado brasileiro do comércio, inspirado nos princípios da Carta Econômica de Teresópolis crê e pratica a "política social baseada no equilíbrio entre o capital e o trabalho, no fortalecimento da empresa para os fins de promoção social do empregado, no saneamento e na renovação do meio sindical".

Estamos afinados com as idéias contidas nas "Metas e Bases para a ação do Governo", e damos nossa contribuição prática para "a qualificação profissional, através do preparo técnico para o desempenho de funções e tarefas", por intermédio do SENAC, em articulação com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, e com as Forças Armadas.

O perfil humano do governo do Presidente Emílio Médici foi precisamente traçado por Vossa Excelência em sua recente conferência na Escola Superior de Guerra, quando salientando que a meta suprema da ação oficial é o homem, frisou que a justiça social, entendida como redistribuição da renda nacional e como garantia do bem-estar de todos os que trabalham e produzem, é o lema inspirador do atual Governo. Isso justifica, plenamente, a homenagem que o Comércio brasileiro presta a essa orientação, ao fixar o nome do Presidente Emílio Médici neste empreendimento de alcance social, que através do SESC hoje inaugura em Brasília. A bandeira de integração nacional, em todos os seus sentidos, é também a nossa.

Na marcha empreendida para construir hoje o Brasil de amanhã, o Comércio marca a sua presença, conhece a sua parcela de responsabilidade, e a cumpre com determinação.

A homenagem aqui prestada ao Chefe da Nação, dirige-se ao espírito da Revolução que ele encarna, coroando a obra formidável iniciada por Humberto de Alencar Castello Branco e continuada por Arthur da Costa e Silva.

Seu nome aqui fica, como símbolo, como exemplo e como inspiração."

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Fernandes. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — Sr. Presidente, está-se realizando, esta semana, no Rio de Janeiro, a Convenção Nacional da Indústria, uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria. Cerca de 150 empresários de todo o País estudam e discutem temas de grande atualidade econômica.

Nada se faz nesse conclave que seja improvisado ou superficial; nem se trata, por certo, de uma simples promoção destinada a chamar ruidosamente a atenção geral para a Casa que representa a classe industrial brasileira.

Ao contrário, a Convenção que ora se realiza corresponde a um sério esforço conjugado para o conhecimento da nossa realidade econômica, de um lado, e de outro para o equacionamento das alternativas às dificuldades que enfrenta a indústria nacional. Assim é que, através de reuniões setoriais realizadas em oito Estados, industriais dos vários pontos do País apresentaram seu pensamento e suas reivindicações, que foram agrupadas em oito temas: política tributária e desenvolvimento; inovação tecnológica; áreas de investimento público e de investimento privado; comércio exterior; custo financeiro e mercado de capital; política salarial; investimento em educação e mão-de-obra especializada. Por sua vez, a CNI preparou três documentos básicos: Transferência e Absorção Tecnológica; Bases para uma Política Industrial; e Recursos Humanos para o Desenvolvimento.

Sem dúvida, o Governo deve aproveitar oportunidades como essa para conferir dados e reexaminar posições, praticando, deste modo, o correto princípio que é o primeiro a sustentar, da permanente necessidade de cooperação entre iniciativa privada e poder público.

No confronto de elementos nem sempre coincidentes, cabe ao Governo, numa demonstração de sua clareza, abrir-se à contribuição da experiência empresarial. Tanto mais que o moderno conceito de iniciativa privada já não se prende à pura disputa de mercado e à exclusiva realização de negócios para obtenção de lucros, mas implica também

em deveres, não só de ordem fiscal, é claro, como sobretudo de ordem social, de integração ativa no processo global de desenvolvimento.

Esta colocação é aceita e estimulada pela Confederação Nacional da Indústria que, através das pesquisas do seu Departamento Econômico, dos estudos da sua Revista especializada, das reuniões periódicas do Conselho de Representantes das Federações estaduais, dos contatos com autoridades, de memoriais, mesas-redondas e convenções como a que no momento tem lugar no Hotel Glória, atualiza regularmente o diagnóstico da situação da nossa indústria e produz valiosos subsídios para a correção de distorções e a ampliação de alternativas, na área própria e na governamental.

A Convenção Nacional da Indústria se realiza na semana em que a APEC Editora, especializada em estudos econômicos e sociais, publica o livro do industrial e engenheiro Thomás Pompeu de Souza Brasil Neto, "Brasil e Iniciativa Privada". São discursos e entrevistas à imprensa, que passam em revista as questões relativas à realidade econômico-financeira do País, à indústria integrada no desenvolvimento, à educação técnica e profissional, aos problemas econômicos e sociais do Nordeste e às perspectivas abertas à Amazônia. As vivências do autor são as mais autênticas, pois refletem a dupla experiência do empresário, que é particularmente, e do porta-voz de sua classe.

Concluirei com uma citação do livro de Thomás Pompeu Neto: "Precisamos ter sempre em mente que desenvolvimento não é apenas problema de acumulação de capital físico. É sobretudo formação de recursos humanos. Com efeito, a educação e o progresso tecnológico se têm revelado internacionalmente como os principais fatores da melhoria da produtividade e do conseqüente bem-estar dos povos. Foi essa compreensão da prioridade do problema educacional que sempre levou os órgãos de classe industriais a concentrar esforços no treinamento da mão-de-obra, através das realizações do SENAI e do SESI. E é esse mesmo entendimento que agora nos leva a entrar em contato com as Universidades, de modo a organizar, na Indústria, estágio para estudantes, facilitar a absorção dos profissionais recém-formados e fornecer às Escolas um termômetro das exigências qualitativas e quantitativas do mercado."

Sr. Presidente, mais da metade da população brasileira, como se sabe, é composta de jovens, com menos de 20 anos. Iniciativas como essa, que o Presidente da CNI assinalou em seu livro, vêm ao encontro das necessida-

des das gerações novas, que precisam estar preparadas para os desafios cada vez maiores de um Brasil em rápida expansão.

Este o rápido registro que queria fazer de acontecimento, sem dúvida de grande relevância, que atualmente se realiza no Estado da Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)** — Tem a palavra o nobre Senador Paulo Guerra.

**O SR. PAULO GUERRA** — Sr. Presidente, jornais recém-chegados do Recife, trazem para nós, pernambucanos, a dolorosa notícia do falecimento do Professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, segundo Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, cargo que exerceu com inteligência e espírito público durante cinco anos. Natural do meu Estado, nascido no Município de Surubim, onde pertencera à família de políticos militantes e de comerciantes, fez seus estudos primários em sua cidade natal e, o curso médio no Recife. Médico pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, tendo, porém, se iniciado na Escola de Medicina na Bahia. Após se titular em Medicina, fez vários cursos de especialização no exterior, onde se especializou em cirurgia plástica e torácica.

Exerceu o Dr. João Alfredo o cargo de Diretor do Pronto Socorro da Capital pernambucana; fundou a Escola de Belas-Artes do Recife, onde foi diretor e professor; docente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco; fundador e professor da Escola de Ciências Médicas; Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco durante sete anos, somente deixando esse cargo para substituir o primeiro Reitor da nossa Universidade, Professor Joaquim Inácio de Almeida Amazonas.

Em 1963 viajou à Alemanha a convite do Governo, para visitar as universidades, tendo publicado um livro sobre o assunto. Seu trabalho, reconhecidamente profícuo pelo desenvolvimento da Ciência, mereceu do Conselho da Universidade Federal de Pernambuco ter o seu nome para a sala de reuniões dos Colegiados Superiores da Universidade, situado no edifício da Reitoria, que ficou chamado "Auditório Reitor João Alfredo", numa prova que levou a vida semeando o bem.

Chefe de família exemplar, deixou o Dr. João Alfredo três filhas, casadas respectivamente com os ex-Deputados federais Artur Lima Cavalcanti, Antonio Cavalcanti Neves e com o médico pernambucano Ivo Rosler.

Tendo assistido, Senhores Senadores, há doze anos, à sua posse à frente da Reitoria, associe-me, Senhor Presidente, neste instante, ao grande pesar de sua família, tendo presentes as pa-

lavras do poeta: "a gente só continua feliz ao receber a notícia do falecimento de um amigo, porque pensa que só os outros morrem".

Registro assim nos Anais desta Casa os meus sentimentos, que são também de todo povo pernambucano, ao deplorar o passamento do Dr. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, que saiu da vida deixando relevantes serviços a bem da causa da educação de Pernambuco. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)** — Tem a palavra o nobre Senador Wilson Campos.

**O SR. WILSON CAMPOS** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa a fim de tratar de assunto que diz respeito à economia nordestina e, em particular, à da região são-franciscana.

Trata-se, Sr. Presidente, da agricultura da cebola das cidades que margeiam, no meu Estado, o rio São Francisco.

Dentre os múltiplos apelos que tenho recebido, destaco o seguinte telegrama:

"Senador Wilson Campos — Senado Federal — Brasília — DF. Em virtude de a safra de cebola em nossa região, cuja colheita já se está iniciando, e ser bastante grande e necessária para todo o consumo nacional, até o mês de novembro, apelamos para V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de proibir a importação de qualquer tipo de cebola em todo o restante do corrente ano. Houve grandes prejuízos, no montante de Cr\$ 39.443,53 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três cruzeiros e cinquenta e três centavos), no produto cultivado, além de pragas e chuvas irregulares. Nôvo plantio começa a ser colhido, na certeza de grande safra de cebola e preço regular, prenunciando recuperação para a enorme perda dos agricultores da Região são-franciscana, já referida. A importação de cebola estrangeira no momento, é inoportuna, provocando o aviltamento e a perda total de nossa atual produção. Confiamos na ação patriótica de V. Ex.<sup>a</sup> em benefício do interesse do produto para a Nação. Atenciosas saudações, Edgar Caldas Cavalcante, Prefeito Municipal de Cabrobó."

No mesmo sentido, Sr. Presidente, recebemos apelos dos Senhores Heitor de Oliveira Menezes e Gerson Pires, respectivamente Prefeitos de Orocó e Belém de São Francisco, além de vários outros, que seria compor uma lista, por demais longa, para aqui citar as lamentações dos que sentirão, diretamente, os efeitos da importação do produto que plantam.

O Sr. João Cleofas — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. João Cleofas — Recebi, igualmente há dias telegrama de agricultores e de autoridades municipais da região são-franciscana, com idêntico apêlo, que transmiti aos Srs. Ministros da Fazenda, da Agricultura e da Indústria e do Comércio. Conheço, por experiência própria, porque tive oportunidade de promover a produção de cebola naquela região, quando Ministro da Agricultura, o que representa de riqueza, de esperança e de tranquilidade essa produção na região do São Francisco. No entanto, essa tranquilidade e essa riqueza podem ser perturbadas, ou estão sendo perturbadas, com a ameaça da permissão de importação neste momento. Quero assim secundar o apêlo que V. Ex.<sup>a</sup> dirige às autoridades federais neste sentido.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador João Cleofas, e peço licença para incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento.

Não é crível, Sr. Presidente, que, no momento em que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici lança o slogan "Plante que o Governo Garante", venha a tomar-se uma medida que irá prejudicar os que acreditam na atuação do Governo da Revolução de março de 1964.

Esta, Sr. Presidente, a situação dos homens que lavram a terra, confiando no Brasil Grande, no Brasil que deixou de ser o País do futuro para ser o presente concreto, realizado.

Esperamos, por isso, que o Ministério da Fazenda, tendo à frente o Mi-

nistro Delfim Netto, que o Banco Central, através do Dr. Ernane Gauvéas, que o Banco do Brasil, com a esclarecida e dinâmica presidência do Dr. Nestor Jost, levem em consideração a justa pretensão dos nossos agricultores do referido produto, evitando o desânimo e futuro colapso no plantio de gênero indispensável em todos os lares brasileiros.

Aguardamos um pronunciamento de nossos dignos gestores da coisa pública que venha dar a necessária tranquilidade aos impulsionadores de nossa economia, pois, como bem o disse Sua Excelência o Ministro Delfim Netto, embora com outras palavras, "... nenhuma inflação poderá ser combatida sem o crescimento da agricultura", tendo, no caso brasileiro, citado o percentual de, no mínimo, 14% (quatorze por cento) ao ano.

É este, Sr. Presidente, o apêlo que encaminho às nossas autoridades, a fim de que minimizem o sofrimento daqueles que buscam no amanhã da terra o progresso do nosso País, esperançosos e acreditando no slogan "Plante que o Governo Garante." (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a próxima a seguinte

#### ORDEM DO DIA

##### 1

#### Redação Final

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33, de 1971

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão

de Redação em seu Parecer n.º 305, de 1971), do Projeto de Resolução n.º 33, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução da Lei n.º 4/67, de 28 de fevereiro de 1967, do Estado do Paraná.

##### 2

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 2, de 1971

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1971 (n.º 2.348-B/70, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera o item XXIX, do art. 89, da Lei n.º 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, tendo Pareceres favoráveis, sob n.ºs 308 e 309, de 1971, das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

##### 3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 32, de 1971

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1971 (n.º 1.190-B/68, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), alterado pelo Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, tendo Parecer, sob n.º 313, de 1971, da Comissão de Legislação Social, favorável, com emenda que oferece de n.º 1-CLS.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 35 minutos.)

## ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

### ATA DA REUNIAO PLENARIA

As dezesseis horas do dia trinta de junho de mil novecentos e setenta e um, na sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, realizou-se a Reunião Plenária do Grupo Brasileiro de Associação Interparlamentar de Turismo, conforme publicações no Diário do Congresso de 25 do mês corrente, Seção I — página 2.247 e Seção II — página 2.619. O Deputado Dias Menezes, 1.º-Secretário, assumiu a Presidência tendo em vista estar o Senador Petrónio Portella, Presidente do Grupo Brasileiro, presidindo a Sessão Conjunta do Congresso Nacional. O Deputado Dias Menezes, usando da palavra, fez exposição das dificuldades encontradas para que o Grupo Brasileiro não se extinguisse e deu conta das gestões junto ao Ministro da Indústria e do Comércio e Presidente da EMBRATUR, lendo em seguida as cartas do Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes e a do Presidente da EMBRATUR, Dr. Carlos Alberto de Andrade Pinto, nas quais aquelas autoridades davam pleno apoio à manutenção do Grupo Brasileiro. O Deputado Dias Menezes determinou ao Secretá-

rio-Geral a leitura da Ata da última reunião da Comissão Executiva, realizada no dia 27 de maio de 1971, após o que a colocou em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Deputado Garcia Netto solicitou esclarecimento sobre o critério para a composição da chapa apresentada, tendo o Deputado Dias Menezes informado que todos os Estados estavam nela representados, esclarecendo, entretanto, que alguns com pequeno número e outros com maior número. Presentes à sessão os Deputados do Estado do Rio de Janeiro: Osmar Leitão, Márcio Paes e Luiz Braz, declararam que não iriam fazer parte da votação, em protesto pela falta de critério na formação da chapa, tendo sido apoiados pelos Deputados Flávio Giovine, do Paraná, e Jorge Ferraz, de Minas Gerais. O Deputado Luiz Braz solicitou da Presidência fôsse ao mesmo fornecida cópia da presente Ata com a relação dos votantes. As dezesseis horas e trinta minutos, foi dado início à votação. As dezesseis horas e quinze minutos, assumiu a Presidência o Senador Petrónio Portella, encerrando o processo de votação e declarando terem votado, conforme lista de presença, cento e vinte e dois parlamentares. De-

clarou o Senhor Presidente Petrônio Portella, antes de proceder à apuração da votação, que era seu intuito propor a extinção do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo se não encontrasse a Associação condições para cumprir cabalmente suas finalidades. Imperioso se afigurava pudesse a entidade contar inclusive com o apoio dos Órgãos Federais responsáveis pela política nacional do Turismo. Era com satisfação que tomara conhecimento que esse objetivo fôra alcançado através de cartas endereçadas à Presidência, pelo Ministro da Indústria e do Comércio e pelo presidente da EMBRATUR, encarando a importância que representava a Interparlamentar como apoio aos organismos oficiais de Turismo. A espontânea manifestação do Ministro Pratini de Moraes como a do Senhor Carlos Alberto de Andrade Pinto, ressaltando o valor da Associação, traduzida a iniludível conveniência de amplo entrosamento do órgão parlamentar com o Ministério e a EMBRATUR. Convindo daí, a sustentação da Associação Interparlamentar de Turismo. As manifestações oficiais, do Ministro da Indústria e do Comércio e a do presidente da EMBRATUR, ficam inseridas nesta Ata e são do seguinte teor: "MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — BRASÍLIA — DF em 31 de maio de 1971 — Av. n.º GM/18/Bsb — Senhor Presidente, Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe que tive o prazer de receber a Comissão de Congressistas, designada por Vossa Excelência, integrada pelo Senhor Senador ORLANDO ZANCANER e Senhores Deputados OSWALDO ZANELLO, ALBERTO HOFFMANN e DIAS MENEZES, da Associação Interparlamentar de Turismo. A respeito, desejo manifestar a Vossa Excelência que este Ministério, através da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, estará pronto a prestar a colaboração que fôr necessária à entidade presidida por Vossa Excelência. Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração. (a) Marcus Vinicius Pratini de Moraes — A Sua Excelência o Senhor Senador Petrônio Portella — Presidente da Associação Interparlamentar de Turismo — Senado Federal." — "MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO — EMBRATUR — Rio de Janeiro, 14 de junho de 1971. Of. EBT — 459/71 — Senhor Senador — No instante em que Vossa Excelência conclui o mandato na Presidência da Comissão Interparlamentar de Turismo, apressamo-nos a vir manifestar-lhe a admiração e o profundo respeito pela atuação impar e altamente qualificada com que marca sua passagem por tão importante órgão para os negócios do turismo nacional. Vossa Excelência soube, com irrecusável proficiência, preparar os caminhos do turismo em nosso País, seja pelos profícuos contatos no exterior com autoridades e órgãos ligados ao turismo internacional, seja pelo elenco inestimável de providências adotadas pela Comissão que preside. A EMBRATUR que, nesse momento, passa por uma reestruturação tendo em vista obtenção de normas que constituam a desejada diretriz realista para o turismo nacional, inclusive necessitando de apoio dos representantes do povo no Congresso Nacional, encarece um maior entrosamento entre a Comissão Interparlamentar de Turismo e a sua Presidência. A necessidade desse entrosamento é tanto mais compreensível quando se percebe que na EMBRATUR ainda somos poucos ante tão ingente tarefa, e, através da receptividade da Comissão Interparlamentar aos nossos problemas, por certo, as portas do Congresso Nacional estarão sempre abertas e o seu plenário agindo, quando indispensável, como autêntica caixa de ressonância dos temas gerais do turismo em nosso País. Dessarte, colocamo-nos à disposição dessa Presidência e, por antecipação, dos novos membros eleitos para essa Comissão Interparlamentar, uma vez que é indeclinável a necessidade de crescente entrosamento entre o órgão oficial do turismo e essa Comissão, a fim de se colhêr maior rentabilidade na programação e execução dos planos turísticos brasileiros, tão reclamados pela Nação. Aproveito a oportunidade para apresentar protestos

de estima e consideração. (a) CARLOS ALBERTO DE ANDRADE PINTO — Presidente — A Sua Excelência Senador Petrônio Portella — DD. Presidente do Senado Federal — Brasília — DF." — O Presidente Petrônio Portella revelou, depois, as gestões que empreendera junto à União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo (UIOOT) e a outros órgãos institucionais aos quais a Associação está filiada, no sentido de que o Brasil se fizesse sempre presente às decisões mundiais sobre o Turismo. Ressaltou a importância do acordo que alcançara junto à UIOOT para a realização no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, de um grande Simpósio Internacional de Turismo, inclusive a realização, aqui, das reuniões de duas das mais importantes Comissões Técnicas do Órgão Internacional. Esses eventos foram oficialmente incluídos no calendário das realizações internacionais da UIOOT para o ano de 1968, e, para isso, contando ainda com o valioso e o indispensável apoio do Governador Israel Pinheiro, de Minas Gerais. Em face, entretanto, da decretação do recesso parlamentar, decorrente da crise política em que se envolveu o país, foram canceladas aquelas reuniões, transferidas para outra ocasião oportuna. Ressaltou ainda a colaboração então emprestada pela EMBRATUR, representada por seu então presidente Joaquim Xavier da Silveira, a fim de que aqueles eventos internacionais também se revestissem do apoio oficial do Governo brasileiro. A seguir determinou fosse feita a apuração da votação, tendo sido encontradas cento e vinte e duas sobrecartas, coincidindo com o número de votantes. Sendo o seguinte o resultado: Para Comissão Diretora: Presidente — Senador Orlando Zancaner — 120 votos; 1.º-Vice-Presidente — Deputado Renato Azeredo — 121 votos; 2.º Vice-Presidente — Clóvis Stenzel — 121 votos; 1.º-Secretário — Deputado Dias Menezes — 121 votos; 2.º-Secretário — Deputado Aderbal Jurema — 119 votos; Tesoureiro — Deputado Alberto Hoffmann — 121 votos. Membros Permanentes do Conselho: Deputado Oswaldo Zanello — 121 votos; Senador Eurico Rezende — 120 votos. Suplente de Membro Permanente do Conselho — Deputado Heitor Cavalcanti — 114 votos. Foi apurado, também, um voto para o Senador Ney Braga, para o cargo de Presidente; seis votos para o Deputado Osires Pontes para o cargo de Suplente de Membros Permanente do Conselho; dois votos nulos para o cargo de 2.º-Secretário; um voto nulo para o cargo de Membro Permanente do Conselho; um voto nulo para Suplente dos Membros Permanentes do Conselho; um voto nulo para toda a Comissão Diretora. Para a Comissão Executiva: Membros efetivos, com 121 votos: Senador João Cleofas, Senador Flávio Brito, Senador Adalberto Sena, Senador Augusto Franco, Senador Ney Braga, Deputado Renato Azeredo, Deputado Clóvis Stenzel, Deputado Dias Menezes, Deputado Oswaldo Zanello, Deputado Alberto Hoffmann, Deputado Rubens Berardo, Deputado Arnaldo Prieto, Deputado Raimundo Diniz, Deputado Dayl de Almeida, Deputado José Penedo, Deputado Rubem Medina, Deputado Cantídio Sampaio, Deputado José Carlos Leprevost, Deputado Marques Fernandes e Deputado Grimaldi Ribeiro. Com 120 votos: Senador Orlando Zancaner, Senador Eurico Rezende, Deputado Heitor Cavalcanti e Deputado Theódulo de Albuquerque. Com 119 votos o Deputado Aderbal Jurema. Suplentes da Comissão Executiva: com 121 votos: Senador Danton Jobim, Senador João Calmon, Deputado Adhemar Ghisl, Deputado Laerte Vieira, Deputado Aldo Fagundes, Deputado Sylvio Botelho, Deputado Joel Ferreira, Deputado Pires Saboia, Deputado Leão Sampaio, Deputado Teotônio Neto, Deputado Marcos Freire, Deputado Oceano Carleial, Deputado Antônio Pontes, Deputado Wilson Falcão, Deputado Marcelo Medeiros, Deputado Léo Simões, Deputado Aureliano Chaves, Deputado Mário Telles, Deputado Chaves Amarante, Deputado Ary Valadão, Deputado Garcia Netto, Deputados Fernando Gama e Amaraí Furlan. Com 120 votos o Deputado Delson Scarano e com 116 votos o Deputado Osires Pontes. Houve um voto nulo para toda a Comissão Executiva: efetivos e suplentes. O Senhor Pre-

sidente declarou eleitos e empossados, para a 7.ª Legislatura, a Comissão Diretora e Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Por proposta do Senador Petrônio Portella, foi aprovado um voto de louvor ao Secretário-Geral do Grupo, Senhor Paulo José Maestrali, pela colaboração prestada em sua gestão. O Senhor Presidente despachou, à consideração da nova Presidência, o pedido de dispensa do Senhor Secretário-Geral. Agradeceu o Senador Petrônio Portella o apoio que sempre merecera da parte da Comissão Executiva e da Comissão Diretora da Associação Interparlamentar de Turismo e se congratulou com todos pelo restabelecimento, agora, dessa entidade. Felicitou o novo Presidente, Senador Orlando Zancaner, no qual encontrava a personalidade talhada para conduzir a Associação nesta sua nova fase. Exaltando o desempenho do Senhor Pe-

trônio Portella na Presidência da Associação, falaram os Deputados Delson Scarano, Oswaldo Zanello e Ferreira do Amaral. O Senador Petrônio Portella convidou o Senador Orlando Zancaner para assumir a Presidência. O Senador Orlando Zancaner agradeceu as referências a sua pessoa, assegurando que tudo haveria de fazer para conduzir a Associação tão bem como o fizera o Senador Petrônio Portella. A seguir o Presidente suspendeu a sessão por dez minutos para que fosse redigida a Ata da presente Reunião. Às dezenove horas foi reaberta a reunião tendo o Secretário lido a Ata que, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Paulo José Maestrali, Secretário-Geral, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Orlando Zancaner, e enviada a publicação. — Senador Orlando Zancaner.

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 60, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.181, de 16 de julho de 1971, que "Modifica Código da Tarifa Aduaneira do Brasil".

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1971

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e um, às dezesseis horas, na Sala de reuniões das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Lourival Baptista, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Waldemar Alcântara, Alexandre Costa, Domicio Gondim, Arnon de Mello, Antônio Fernandes, Accioly Filho, Lenoir Vargas, Osires Teixeira e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Cid Furtado, Delson Scarano, Nossier Almeida, Túlio Vargas, Wilson Falcão, Vinicius Câmara, Rogério Rêgo, Silvio Lopes, João Arruda, Getúlio Dias e Athiê Coury, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 60, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.181, de 16 de julho de 1971, que "modifica Código da Tarifa Aduaneira do Brasil".

O Senhor Presidente declara aberta a reunião e concede a palavra ao Senhor Deputado Athiê Coury que, na qualidade de Relator, procede à leitura de parecer de sua autoria, o qual conclui pela aprovação do Decreto-lei n.º 1.181, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que oferece.

Colocado o Parecer em discussão, usam da palavra os Senhores Deputados João Arruda e Senador Lenoir Vargas.

Em votação, é o Parecer aprovado pela maioria, consignando-se o voto com restrições do Senhor Deputado João Arruda.

O Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Congressistas presentes à reunião, e dá a mesma por encerrada.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação. — Senador Lourival Baptista, Presidente.

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lourival Baptista  
Vice-Presidente: Deputado Delson Scarano  
Relator: Deputado Athiê Coury

### Senadores

1. José Lindoso
2. Lourival Baptista
3. Waldemar Alcântara
4. Alexandre Costa
5. Domicio Gondim
6. Arnon de Mello
7. Antônio Fernandes
8. Accioly Filho
9. Lenoir Vargas
10. Osires Teixeira

### Deputados

#### ARENA

1. Cid Furtado
2. Delson Scarano
3. Nossier Almeida
4. Túlio Vargas
5. Wilson Falcão
6. Vinicius Câmara
7. Rogério Rêgo
8. Silvio Lopes

#### MDB

1. Ruy Carneiro
1. João Arruda
2. Getúlio Dias
3. Athiê Coury

### CALENDÁRIO

Dia 22-7-71 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

### PRAZO

Até dia 11-8-71 na Comissão Mista;

Até dia 18-9-71 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Telefone: 43-6677 — Ramais 313 e 303.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 61, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.182, de 16 de julho de 1971, que "concede estímulos às fusões, às incorporações e à abertura de capital de Empresas, e dá outras providências".

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1971

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Orlando Zancaner, presentes

os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Virgílio Távora, Jessé Freire, João Cleofas, Magalhães Pinto, Carvalho Pinto, Mattos Leão, Tarso Dutra, Saldanha Derzi e Franco Montoro e os Senhores Deputados Alberto Hoffmann, Aldo Lupo, Eurico Ribeiro, Fernando Magalhães, Josias Leite, Francisco Amaral, Alceu Collares e Fernando Lyra, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 61, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.182, de 16 de julho de 1971, que "concede estímulos às fusões, às incorporações e à abertura de capital de empresas, e dá outras providências".

Ausentes os Senhores Deputados Alberto Costa, Ademar de Barros Filho e Henrique Fanstone.

O Senhor Presidente declara aberta a Reunião e concede a palavra ao Senhor Deputado Francisco Amaral que, na qualidade de relator, procede à leitura de parecer de sua autoria, o qual conclui pela aprovação do Decreto-lei n.º 1.182, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que oferece.

Colocado o Parecer em discussão, usam da palavra os Senhores Senador João Cleofas e Deputado Fernando Lyra.

Em votação, é o Parecer aprovado, sendo que os representantes da ARENA votaram pela conclusão e contra as manifestações incluídas no Parecer do Relator.

O Senhor Presidente, nada mais havendo que tratar, encerra a Reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação. — Senador Orlando Zancaner, Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Orlando Zancaner  
Vice-Presidente: Deputado Alberto Hoffmann  
Relator: Deputado Francisco Amaral

Senadores	Deputados
ARENA	
1. Orlando Zancaner	1. Alberto Hoffmann
2. Geraldo Mesquita	2. Alberto Costa
3. Virgílio Távora	3. Adhemar de Barros Filho
4. Jessé Freire	4. Aldo Lupo
5. João Cleofas	5. Eurico Ribeiro
6. Magalhães Pinto	6. Fernando Magalhães
7. Carvalho Pinto	7. Henrique Fanstone
8. Mattos Leão	8. Josias Leite
9. Tarso Dutra	
10. Saldanha Derzi	
MDB	
1. Franco Montoro	1. Francisco Amaral
	2. Alceu Collares
	3. Fernando Lyra

#### CALENDÁRIO

Dia 22-7-71 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

#### PRAZO

Até dia 11-8-71 na Comissão Mista;

Até dia 18-9-71 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Telefone: 43-6677 — Ramais 313 e 303.

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

##### ATA DA 3.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1971

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e um, às quinze horas, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Waldemar Alcântara, presentes os Senhores Senadores Wilson Campos, Dinarte Mariz, José Esteves, Adalberto Sena e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal.

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente declara que o objetivo da reunião é apreciar o Parecer do Relator, Senhor Senador Wilson Campos, ao Projeto de Lei do Senado n.º 53, de 1971, de autoria do Senhor Senador Flávio Brito, que "estabelece prazos para execução dos planos de heveicultura, previstos pelo art. 3.º da Lei n.º 5.459, de 21 de junho de 1968, e dá outras providências".

Concedida a palavra ao Relator, este procede à leitura de parecer de sua autoria, concluindo pela aprovação do projeto em exame. O Senhor Relator, Senador Wilson Campos, fez ainda considerações sobre o oneroso processo da heveicultura e as condições peculiares da Amazônia, onde tudo é diferente, necessitando pois, de fórmulas diversas para afastar os numerosos problemas que afligem aquela região.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado unânimeamente.

O Senhor Presidente leva ao conhecimento da Comissão que a ausência do Senhor Senador José Guilomard, se deve a motivos de saúde.

Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

#### COMISSÃO DE SAÚDE

##### ATA DA 4.ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1971

As quinze horas do dia dez de agosto do ano de mil novecentos e setenta e um, sob a presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Fausto Castello-Branco, Cattete Pinheiro, Lourival Baptista e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Ruy Santos e Waldemar Alcântara.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lourival Baptista que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1971, que modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 150, de 9 de fevereiro de 1967 que "dispensa de registro, no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, os diplomas expedidos por Escolas ou Faculdades de Medicina e de Farmácia".

Submetido à discussão e votação é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Leda Ferreira da Rocha, Secretária da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA		LIDERANÇA DA MAIORIA
Presidente: Petrônio Portella (ARENA — PI)	4º-Secretário: Duarte Filho (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	1º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA)	Vice-Líderes: Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB)	2º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB)	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
1º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR)	3º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2º-Secretário: Clodomir Millet (ARENA — MA)	4º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
3º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS)		José Lindoso (ARENA — AM)
		Orlando Zancaner (ARENA — SP)
		Ruy Santos (ARENA — BA)
		<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>
		Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

**COMISSÕES**

Diretora: Edith Balassini.  
Local: Anexo — 11º andar.  
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

**A) COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Francisco José Fernandes.  
Local: 11º andar do Anexo.  
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

**1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Guerra  
Vice-Presidente: Mattos Leão

**TITULARES**

Antônio Fernandes  
Vasconcelos Torres  
Paulo Guerra  
Daniel Krieger

**SUPLENTES****ARENA**

Flávio Brito  
Tarso Dutra  
João Cleofas  
Fernando Corrêa

Mattos Leão

**MDB**

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Waldemar Alcântara  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

**TITULARES**

José Guimard  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Wilson Campos  
José Esteves  
Benedito Ferreira

**SUPLENTES****ARENA**

Saldanha Derzi  
Osires Teixeira  
Lourival Baptista

**MDB**

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(13 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Accioly Filho

**TITULARES**

Daniel Krieger  
Accioly Filho  
Milton Campos  
Wilson Gonçalves  
Gustavo Capanema  
José Lindoso  
José Sarney  
Emival Caiado  
Helvidio Nunes  
Antônio Carlos  
Eurico Rezende  
Heitor Dias

**SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto  
Orlando Zancaner  
Arnon de Mello  
João Calmon  
Mattos Leão  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**TITULARES**

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Cattete Pinheiro  
Benedito Ferreira  
Osires Teixeira  
Fernando Corrêa  
Saldanha Derzi  
Heitor Dias  
Antônio Fernandes  
Emival Caiado

**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôres  
Luiz Cavalcanti  
Waldemar Alcântara  
José Lindoso  
Filinto Müller

**MDB**

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES	SUPLENTES
	<b>ARENA</b>
Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

**MDB**

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

**6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES	SUPLENTES
	<b>ARENA</b>
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

**MDB**

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES	SUPLENTES
	<b>ARENA</b>
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

**MDB**

Amaral Peixoto Nelson Carneiro

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES	SUPLENTES
	<b>ARENA</b>
Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcanti

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guiomard

Milton Trindade

Domicio Gondim

Orlando Zancaner

**MDB**

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emival Calado

**MDB**

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

**11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

**MDB**

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

**MDB**

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**ARENA**

Paulo Tôrres  
Luiz Cavalcanti  
Virgílio Távora  
José Guiomard  
Flávio Brito  
Vasconcelos Torres

Milton Trindade  
Alexandre Costa  
Orlando Zancaner

**MDB**

Benjamin Farah                      Amaral Peixoto

Secretário: Marlo Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: *têrças-feiras*, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**ARENA**

Tarso Dutra  
Augusto Franco  
Celso Ramos  
Oslres Teixeira  
Heitor Dias  
Jessé Freire

Magalhães Pinto  
Gustavo Capanema  
Paulo Guerra

**MDB**

Amaral Peixoto                      Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: *quartas-feiras*, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**

**E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**ARENA**

Leandro Maciel  
Alexandre Costa  
Luiz Cavalcanti  
Milton Cabral  
Geraldo Mesquita  
José Esteves

Dinarte Mariz  
Benedito Ferreira  
Virgílio Távora

**MDB**

Danton Jobim                      Benjamin Farah

Secretário: Marlo Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: *quartas-feiras*, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 43-6677 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

# O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

## HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

### COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Parecer (DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide Índice de oradores)

### DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

### EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

### SANÇÃO

— Lei Complementar n.º 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 558)  
— Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTOS, DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-9-70, pág. 617)

**Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00**

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

## ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**ÍNDICE GERAL:** Apresentação — Composição do Tribunal  
— Processos da competência do S.T.F. (Portaria n.º 87)  
— Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

## REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

**Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00**

# ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

**1.º VOLUME:** Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Aduacto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

**2.º VOLUME:** Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

**3.º VOLUME:** Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

**4.º VOLUME:** Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

**5.º VOLUME:** Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

**6.º VOLUME:** Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

**7.º VOLUME:** Edição 1970 — Quadro Comparativo. Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

# ANAIS DO SENADO

— Mês de maio de 1965 — Sessões 39ª a 50ª — Tomo I .....	7,50
— Mês de maio de 1965 — Sessões 51ª a 62ª — Tomo II .....	7,50
— Mês de julho de 1965 — Sessões 90ª a 106ª .....	10,00
— Mês de agosto de 1965 — Sessões 107ª a 117ª — Volume I .....	10,00
— Mês de agosto de 1965 — Sessões 118ª a 130ª — Volume II .....	10,00
— Mês de setembro de 1965 — Sessões 131ª a 142ª — Volume I .....	10,00
— Mês de janeiro de 1968 — Sessões 1ª a 12ª (Convocação Extraordinária) .....	10,00
— Mês de fevereiro de 1968 — Sessões 13ª a 27ª (Convocação Extraordinária) — Volume I .....	10,00
— Mês de fevereiro de 1968 — Sessões 28ª a 34ª (Convocação Extraordinária) — Volume II .....	10,00
— Mês de março de 1968 — Sessões 1ª a 15ª (1ª e 2ª Sessões Preparatórias) — Volume I .....	10,00

— Mês de março de 1968 — Sessões 16ª a 32ª — Volume II .....	10,00
— Mês de abril de 1968 — Sessões 33ª a 42ª — Volume I .....	10,00
— Mês de abril de 1968 — Sessões 43ª a 62ª — Volume II .....	10,00
— Mês de maio de 1968 — Sessões 63ª a 78ª — Volume I .....	10,00
— Mês de maio de 1968 — Sessões 79ª a 100ª — Volume II .....	10,00
— Mês de junho de 1968 — Sessões 101ª a 114ª Volume I .....	10,00
— Mês de junho de 1968 — Sessões 115ª a 132ª .....	10,00
— Mês de julho de 1968 — Sessões 1ª a 10ª (Convocação Extraordinária) .....	10,00
— Mês de julho de 1968 — Sessões 11ª a 24ª .....	10,00
— Mês de agosto de 1968 — Sessões 133ª a 150ª — Volume I .....	10,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**